



ESTADO DO PIAUÍ  
**Assembleia Legislativa**

AL-P-(SGM) Nº 265

Teresina (PI), 18 de julho de 2014

AP.010.1.003872/14  
Senha: 44BA40C

[www.protocolo.pi.gov.br](http://www.protocolo.pi.gov.br)

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria do **Poder Judiciário** que:

***“Reconhece a Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí – ESMEPI – como Instituição de Ensino Superior – IES – e como Escola Oficial responsável pelo planejamento, organização e realização de cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados estaduais, e de Residência Judicial e dá outras providências.”***

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep.  **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO**  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

RECEBIDO  
18/07/14  
14



# **ESTADO DO PIAUÍ**

## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

1

**PROJETO DE LEI Nº 27, DE DE 2014**

### **REDAÇÃO FINAL**

Reconhece a Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí – ESMEPI – como Instituição de Ensino Superior – IES – e como Escola Oficial responsável pelo planejamento, organização e realização de cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados estaduais, e de Residência Judicial e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º Fica reconhecida a Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí – ESMEPI – como Escola Oficial responsável pelo planejamento, organização e realização de cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados estaduais, e de Residência Judicial.**

**Art. 2º** O custeio dos cursos mencionados no artigo anterior caberá ao Poder Judiciário, que deverá inserir na peça orçamentária competente a previsão dos gastos correspondentes.

**Art. 3º** A realização dos cursos e o desembolso pertinente será objeto de detalhamento mediante convênio entre o Poder Judiciário do Estado do Piauí e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí – ESMEPI.

**Art 4º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 09 de julho de 2014.

*Dep. THEMÍSTOCLES FILHO*  
Presidente

*Dep. FÁBIO NOVO*  
1º Secretário

*Dep. HÉLIO ISAÍAS*  
2º Secretário